

CAPÍTULO 2. DA CONSCIÊNCIA

Analisado o conceito de percepção, e atinando para o fato de que a alma humana está sempre percebendo, i.e., pensando tanto os objetos materiais que afetam seu corpo orgânico quanto as suas idéias inatas e reminiscências presentes em seu interior, resta compreendermos como esta percepção se torna consciente, para que possamos efetivamente examinar como ela pode deixar de sê-lo. Ou seja, resta analisarmos como a alma humana se torna consciente e o que é percebido conscientemente por ela.

De acordo com Leibniz, diz-se que a alma tem uma *sensação*¹¹ quando ela **se apercebe** de um objeto externo. Isto é, quando ela **se dá conta**, ou **atenta** para o ente material que afeta sensivelmente o corpo orgânico ao qual está ligada: “Direi que temos uma *sensação*, quando *nos* apercebemos de um objeto externo” (NE, II.xix.§1, p.127).

Nem toda afetação sensível, porém, gera uma *sensação*. Quer dizer, nem toda afetação sensível possibilita que a alma se aperceba dos objetos externos. Por isso, a *sensação* tem como marca distintiva aquilo que Leibniz designa pelo termo ‘clareza’ - referido a algumas percepções, idéias e conhecimentos -, pois a alma não apenas se dá conta do objeto que afeta seu corpo orgânico, mas também é capaz de distingui-lo *claramente* de um outro. Por exemplo, quando atentamos para as diferenças manifestas existentes entre as cores azul e vermelha:

uma idéia é clara quando é suficiente para reconhecer a coisa e distingui-la: assim, quando tenho uma idéia bem clara de uma cor, não tomarei uma outra como sendo a que estou pedindo; e se possuo uma idéia clara de uma certa planta, distingo-a das vizinhas (NE, II.xxix.§2, p.197).

Leibniz também afirma que a *sensação* é sempre uma percepção acompanhada de memória, i.e., de lembrança. De maneira que a apercepção do objeto material também é acompanhada de memória, e concorre junto com a lembrança de algo que se assemelha àquilo que atualmente advém por via dos órgãos sensoriais: “a

¹¹ O termo ‘sensação’ não é empregado por Leibniz de modo a sempre condizer com esta definição. Muitas vezes ele o emprega referindo-se apenas às afetações sensíveis, das quais, como veremos, nem sempre somos capazes de nos aperceber. Todavia, como na passagem acima o conceito de *sensação* é **definido**, nos utilizaremos dele sempre a partir da definição, corrigindo os usos equívocos que apareçam - o que faremos a partir da adição do termo ‘afetação sensível’, entre colchetes, nas citações que apresentarmos.

reminiscência constitui a repetição da sensação, sem que o objeto volte; quando sabemos que a tivemos, temos a *recordação*” (NE, II.xix.§1, p.127).

Cada mônada, com um corpo particular, constitui uma substância viva. (...) mas quando a mônada tem órgãos tão adaptados que por seu meio existe relevância e distinção nas impressões que eles recebem, e, por conseguinte, relevância e distinção nas percepções que as representam (como por exemplo, quando por meio da configuração dos humores dos olhos, os raios da luz são concentrados e agem com mais força), isto pode ir até o *sentimento*, quer dizer, até a uma **percepção acompanhada de memória** (PNG, §4, p.33-5).

Ora, todas as almas estão sempre ligadas a um corpo orgânico provido de sentidos: “Estou convencido de que as almas e os espíritos criados nunca existem sem órgãos e sem sensações [afetações sensíveis]” (NE, II.xxi.§73, p.166). E dado que por meio desses sentidos são produzidas *sensações*, todas as almas são capazes de se aperceberem dos objetos externos. Mesmo a alma dos simples animais irracionais:

os animais não possuem entendimento (...) **se bem que tenham a faculdade de aperceber-se** das impressões mais notáveis e mais distinguidas, assim como o javali apercebe uma pessoa que grita para ele e vai direto em direção à pessoa, da qual só tinha tido antes uma percepção simples, mas confusa, como de todos os outros objetos que recaíam sobre seus olhos, e cujos raios atingem sua pupila (NE, II.xxi.§5, p.136).

Todavia, não devemos nos enganar quanto ao fato de tanto as almas animais como as humanas serem capazes de apercepção, pois, em ambas, essa faculdade se diferencia em muito. Principalmente no tocante à clareza com que o ser humano percebe sensivelmente o âmbito material; dado que, para isso, sua alma se apóia nos elementos inatos do entendimento, do qual os animais são privados.

Veremos este último ponto em detalhes mais adiante. Por enquanto, a diferença marcante que se deve ressaltar entre os dois tipos de apercepção assinalados diz respeito à reflexão que acompanha a apercepção humana. Ou mais exatamente, que **é** a apercepção humana.

Retomando exatamente o início deste capítulo, Leibniz nos diz que a alma humana não é capaz de refletir (aperceber) quando não existe sensação, ou percepção clara acerca dos objetos materiais que a afetam. Mas, quando a sensação existe, afirma o filósofo, a alma humana passa automaticamente a refletir: “(...) no que concerne ao homem, as suas percepções são acompanhadas do poder de refletir, que passa ao ato no momento em que existem meios para isso [*de quod*]” (NE, II.ix.§14, p.109). Isto é, no momento em que existe *sensação*: “Os sentidos nos

forneem a matéria para as reflexões, e não pensaríamos sequer no pensamento se não pensássemos em alguma coisa, isto é, nas particularidades que os sentidos nos fornecem” (NE, II.xxi.§73, p.166). O mesmo acontece com os pensamentos mais altos, i.e., abstratos: “não podemos ter pensamentos abstratos que não necessitem de alguma coisa sensível” (NE, I.i.§5, p.61).

Os animais, por sua vez, também dependem da sensação para se aperceberem das coisas, mas não são dotados da faculdade de refletir: “Poder-se-ia talvez acrescentar que os animais têm percepção, e que não é necessário que tenham pensamentos, ou seja, que tenham reflexão ou o que possa ser objeto dela” (NE, II.ix.§1, p.105). Por isso, nos diz Leibniz, é preciso distinguirmos a mera percepção, presente tanto nas almas animais quanto nas almas humanas, da apercepção humana, que é sempre reflexão ou **consciência**: “é bom distinguir entre a *percepção*, que é o estado interior da mônada que representa as coisas externas e a *apercepção*, que é a consciência ou conhecimento reflexivo deste estado interior, que não pode dar-se em todas as almas”, (PNG, §4, p.35-7).

Assim, quando Leibniz afirma que a alma animal *apervebe* alguma coisa, deve-se entender que essa é uma *apercepção meramente sensível*, e indica apenas a *clareza* que o animal tem acerca daquilo que lhe afeta; como no caso do javali. O que a diferencia em muito da *apercepção* humana, que é sempre reflexão, i.e., consciência. Mas em que exatamente elas se diferenciam?

Quando o ser humano *apervebe* as afetações que os corpos materiais circundantes impõem ao seu corpo orgânico, ele não tem apenas *clareza* acerca do objeto, mas também *clareza* de que ele é o percipiente do objeto. Ou seja, o espírito não apenas apercebe o objeto (como o animal), mas tem ciência de que é ele que o está apercebendo. Tem ciência de que é um Eu e de que é este Eu que está apercebendo toda uma série de coisas: “Estas almas são capazes de realizar atos reflexivos e de considerar aquilo que chamamos Eu” (PNG, §5, p.41). O que os animais não são capazes de realizar, dado que são privados deste Eu.

Essa consciência do Eu e daquilo que com ele é apercebido Leibniz designará como as duas primeiras verdades de fato, considerando-as como conhecimentos intuitivos e indemonstráveis. Ao fazê-lo, Leibniz quase sempre elogia Descartes, por ter se referido à primeira dessas verdades na Segunda Meditação, §4, da obra *Meditações Metafísicas*, por meio do conceito de *cogito*. Todavia, diferentemente do *cogito* cartesiano, que implica apenas a consciência do Eu, o *cogito* leibniziano implica ainda

a consciência daquilo que o Eu percebe. Ou mais exatamente, daquilo que o Eu pensa. São, portanto, as primeiras verdades de fato: *Eu penso e diferentes coisas são pensadas por mim*. O que quer dizer: sou consciente de meu Eu que pensa, e sou consciente das diferentes coisas pensadas pelo meu Eu.

Descartes assinalou luminosamente que uma das primeiras verdades é *penso logo existo*. Porém, seria justo não descuidar de outras cuja importância é similar. Por conseguinte, pode dizer-se em geral: as verdades são de fato ou de razão. A primeira das verdades de razão é o princípio de contradição ou, o que é o mesmo, dos idênticos, como corretamente o advertiu Aristóteles. Existem tantas primeiras verdades de fato quanto percepções imediatas ou, por assim dizer, consciências. Porém, não sou apenas consciente de mim mesmo, que penso, mas também de meus pensamentos; e não é mais verdadeiro ou certo dizer que eu penso, que dizer que estas ou essas coisas são pensadas por mim. Assim, será conveniente reduzir sem inconveniente as primeiras verdades de fato a estas duas: eu penso, e diversas coisas são pensadas por mim. Do que se segue não apenas que sou, mas que **sou afetado de diversas maneiras** (GP, IV, *Advertencia*, art.7, p.357).

Deste modo, marcada a diferença entre os dois tipos de apercepção discernidos por Leibniz, é indispensável atentarmos para o fato de que somente às almas humanas cabe o emprego do conceito de **percepção inconsciente**, pois apenas os seres humanos têm consciência, e, por motivos que veremos nos dois capítulos seguintes, podem deixar de tê-la. Ao contrário dos animais que são privados da faculdade de refletir e portanto não podem ter mesmo qualquer consciência, além de não apresentarem nada que se pareça com um Eu.

Todavia, quando a alma humana reflete, ela não é apenas capaz de se aperceber de seu Eu, das entidades materiais externas e daquilo que lhe vem novamente pela memória. Ela também é capaz de se **aperceber** das idéias inatas que traz consigo mesma em seu entendimento puro, pois, como Leibniz afirma no Prefácio dos *Novos Ensaios*, referindo-se a essas idéias: “a reflexão não constitui outra coisa senão uma atenção àquilo que está em nós” (NE, Pref., p.40). Mas, como exatamente a alma se dá conta desses objetos inatos que traz consigo mesma?

Para responder a esta questão, Leibniz desenvolve um argumento complexo, que compreendemos articulando os *Novos Ensaios* (1704) com uma carta que ele escreve à Rainha Charlotte, da Prússia, datada de 1702:

1. Em linhas gerais, e por repetidas vezes, Leibniz nos diz que a alma humana **se dá conta** das idéias inatas presentes em seu entendimento puro quando os

sentidos **despertam** em nós essas idéias, ou, em outras palavras, quando eles nos dão a **ocasião** para apercebermo-las: “existem idéias e princípios que não nos vêm dos sentidos, e que encontramos em nós sem formá-los nós mesmos, embora sejam os sentidos que nos dão ocasião para apercebê-los” (NE, I.i.§1, pp.58-9). Por exemplo, Leibniz nos diz que uma seqüência de percepções desperta na alma a idéia inata de *duração*: “Uma seqüência de percepções desperta em nós a idéia de duração, mas não a constitui” (NE, II.xiv.§10, p.119).

As nossas diferenças [entre Leibniz e Locke] versam sobre matérias de alguma importância. Trata-se de saber se a alma em si mesma é completamente vazia, como lousas nas quais não existe nada escrito (*tabula rasa*), conforme Aristóteles e o autor do *Ensaio* [Locke], e se tudo o que é nela impresso provém exclusivamente dos sentidos e da experiência, ou se a alma contém originariamente princípios de várias noções e doutrinas que os objetos externos não fazem senão **despertar** na devida ocasião, como acredito eu (NE, Pref., pp.37-8).

2. Não obstante, é evidente que não são os sentidos eles mesmos que nos permitem aperceber essas idéias, pois eles se referem a entidades externas, e as idéias inatas são internas à alma. Deste modo, cabe perguntar: como exatamente os sentidos despertam na alma essas idéias, e o que significa dar a ocasião para que a alma se dê conta delas? Ora, vimos que sem os sentidos nós não poderíamos ter consciência, dado que não haveria os casos particulares disponibilizados por eles para que pudéssemos **refletir** e pensar abstratamente. Logo, pode-se concluir que o papel dos sentidos nessa apercepção das idéias inatas é o de disponibilizar casos particulares, dando à alma sobre o que pensar e refletir: “No fundo, a solidez, enquanto dá uma noção distinta, se concebe pela pura razão, embora os sentidos forneçam ao raciocínio, material [*de quoz*] para demonstrar que ela está na natureza” (NE, II.iv.§1, p.98). Contudo, por esta explicação, não divisamos ainda o que buscamos compreender, pois, se apercebendo apenas dos objetos materiais, a alma humana aparentemente ainda não está diante das idéias inatas do entendimento puro para que possa apercebê-las.

3. Todavia, isso é apenas aparente, pois o que Leibniz nos diz, na carta à rainha Charlotte, é que o espírito adiciona alguma coisa aos seus pensamentos particulares quando passa a apercebê-los. Quer dizer, adiciona alguma coisa aos pensamentos atuais que tem dos objetos sensíveis. E o que ele adiciona é exatamente o seu próprio

Eu¹² e as idéias inatas, que, como ele, são imediatas ao entendimento¹³. Assim, quando a alma se apercebe dos casos particulares disponibilizados pelo sensível, automaticamente, também, passa a se aperceber das idéias inatas que estão **adicionadas** aos pensamentos atuais que tem sobre esses objetos.

É por isso que quando o ser humano se apercebe de uma cadeira, por exemplo, ele não se dá conta apenas do objeto, mas também de seu próprio Eu, que está adicionado ao pensamento atual que ele tem da cadeira¹⁴:

O pensamento de meu próprio Eu [*myself*], de quem percebe objetos sensíveis, e o pensamento de minha ação que resulta disso, **adiciona** alguma coisa aos objetos dos sentidos. Pensar alguma cor e considerar que Eu a estou pensando são dois pensamentos muito diferentes¹⁵, tanto quanto a cor ela mesma difere do ‘Eu’ que a pensa. E quando Eu concebo que outros seres também podem ter o privilégio de dizer ‘Eu’, ou que isto pode ser dito deles, é através disto que Eu concebo o que é chamado *substância* em geral. (GP, VI, *Letter to Queen Sophie*, p.502).

O que, é claro, não significa, como parece sugerir a passagem acima, que as idéias inatas sejam adicionadas pela alma aos próprios objetos materiais - isso seria um absurdo frente ao *princípio da harmonia preestabelecida entre alma e corpo* -, mas, que elas são adicionadas aos **pensamentos atuais** que temos desses objetos externos. De tal maneira, porém, que algumas delas parecem realmente estar adicionadas aos próprios objetos. Por exemplo: a idéia inata de **forma** parece estar adicionada a esta mesa em que escrevo.

¹² No Capítulo 4, Parte II, desta Dissertação, relativo às percepções inconscientes e à psicologia, veremos que esta **adição do Eu** aos nossos pensamentos atuais particulares será chamada por Leibniz de *aparência do Eu*, que é o sentimento de mesmidade do Eu que acompanha a consciência, mas não se confunde com o Eu real (que é inato).

¹³ “a apercepção imediata da nossa existência e dos nossos pensamentos nos fornece as primeiras verdades *a posteriori*, ou de fato, isto é, as *primeiras experiências*, como as proposições idênticas contêm as primeiras verdades *a priori*, ou de razão, isto é, as *primeiras luzes*. Uma e outras são incapazes de serem demonstradas e podem ser denominadas *imediatas*: aquelas **por uma imediação entre o entendimento e o seu objeto**, estas porque existe imediação entre o sujeito e o predicado”, (NE, IV.ix.§3, p.342).

¹⁴ Assim, quando a alma se apercebe de seu próprio Eu, na primeira verdade de fato, *Eu penso*, ela aplica essa primeira verdade a vários pensamentos particulares, formando a segunda verdade, *diferentes coisas são pensadas por mim*: “No que concerne às *verdades primitivas de fato*, são as experiências imediatas internas de uma *imediação de sentimentos*. É aqui que tem lugar a primeira verdade dos cartesianos ou de Santo Agostinho: *Penso, logo sou*, isto é: *Sou uma coisa que pensa*. Todavia, cumpre saber que, assim como as idênticas são gerais ou particulares, e umas são tão claras como as outras – pois é tão claro dizer que A é A, como dizer que *uma coisa é aquilo que é* – o mesmo acontece com as primeiras verdades de fato. Pois não somente para mim é claro imediatamente que *eu penso*, mas é igualmente claro que *tenho pensamentos diferentes*, que ora *penso em A*, e ora *penso em B* etc. Assim, o princípio cartesiano é bom, mas não é o único de sua espécie” (NE, II, p.359, 363-4, 1996).

¹⁵ Guardadas as devidas proporções, já que os animais não pensam, essa frase distingue bem o modo de aperceber dos homens, do modo de aperceber dos animais. Os animais se apercebem apenas da cor, enquanto os seres humanos se apercebem da cor e de seu Eu.

Um outro exemplo desta adição das idéias inatas aos nossos pensamentos atuais encontramos quando formamos proposições como ‘O doce não é amargo’. Para formularmos esta assertiva, o espírito aplica o princípio da não-contradição a casos particulares da experiência que têm suas informações específicas (*hybrida conclusio*), pois não sabemos que o doce não é amargo apenas pelo princípio da não-contradição:

esta proposição: *o doce não é amargo*, não é inata, conforme o sentido que demos a esse termo de verdade inata. Com efeito, os sentidos do doce e do amargo vêm dos sentidos externos. Assim, é uma conclusão mesclada (*hybrida conclusio*), onde o axioma [da contradição] é **aplicado** a uma verdade sensível (NE, I.i.§18, p.65).

As proposições que dizem respeito àquilo que os sentidos fornecem, como a que diz que a cor amarela não é a doçura, não fazem outra coisa senão **aplicar** a máxima idêntica geral a casos particulares (NE, I.i.§18, p.65)

As idéias de número, figura, movimento, repouso, espaço, entre outras, também são adicionadas aos pensamentos particulares que a alma humana tem das coisas sensíveis. O que permite que ela se aperceba dessas idéias quando aplicadas¹⁶:

As idéias que se diz virem de mais de um sentido, como a do espaço, figura, movimento, repouso, são antes do sentido comum, isto é, do próprio espírito, pois são idéias do entendimento puro, que porém têm relação com o exterior, e que os sentidos fazem aperceber; elas também são capazes de definições e demonstrações (NE, II.v., p.100).

devemos fazer justiça aos sentidos por entendermos que, além dessas qualidades ocultas¹⁷, eles permitem-nos reconhecer outras, mais manifestas, que nos fornecem noções mais distintas. Estas são as noções que nós atribuímos ao *sensu comum* porque não existem sentidos externos aos quais elas estão particularmente ligadas e pertencem¹⁸. É a partir dessas noções que as definições dos termos ou palavras que nós utilizamos podem ser dadas. Tal é a idéia de *número*, que se percebe igualmente nas qualidades sonoras, coloridas e tácteis. E é deste modo que nós também percebemos as *figuras* que são comuns às qualidades coloridas e tácteis, mas que não observamos nos sons. Embora seja verdade que na condição de conceber números, e igualmente figuras, distintamente, e construir as ciências a partir delas, nós devemos recorrer a

¹⁶ A aplicação específica dessas idéias inatas aos pensamentos atuais que a alma humana tem das entidades sensíveis parece constar como um caso especial desta aplicação, pois, de certa maneira, é *como se* realmente pudéssemos “ver” essas idéias nas próprias coisas materiais. Todavia, não analisaremos esta especificidade, e trataremos todos os objetos inatos da mesma maneira.

¹⁷ Leibniz aqui se refere às qualidades sensíveis, tais como as cores, os sabores, etc.

¹⁸ Esta passagem explica melhor a anterior: as idéias de forma, espaço, etc, não são idéias do *sensu comum* (ou, sentido comum), são idéias inatas do entendimento puro. Todavia, nós nos apercebemos dessas idéias *como se* elas estivessem no exterior, i.e., nas coisas materiais. E como nenhum dos cinco sentidos pode responder por esta apercepção, diz-se que elas são do *sensu comum*, pois é o *sensu comum* que permite ao espírito apercebê-las. Isso corrobora novamente a tese da **aplicação** das idéias inatas aos nossos pensamentos, que Leibniz também defenderá ao final desta passagem. Quer dizer, as idéias inatas aparecem *como se* estivessem nas coisas, porque elas são aplicadas pelo entendimento aos nossos pensamentos atuais relativos a essas coisas.

alguma coisa que os sentidos não podem fornecer e que **o entendimento adiciona aos sentidos**” (GP, VI, *Letter to Queen Sophie*, p.500).

Da mesma forma, quando a alma reflete seu Eu e se apercebe da idéia de substância (como nos diz a citação acima, referente à GP, VI, *Letter to Queen Sophie*, p.502)¹⁹, ela adiciona essa idéia àquilo que pensa, podendo encontrá-la, *como se*, nas próprias coisas materiais. Por isso, nos diz Leibniz, a idéia de substância não é tão obscura quanto se imagina, e podemos começar a apercebê-la a partir dos próprios objetos sensíveis sobre os quais pensamos. Até porque, sempre começamos a nos aperceber das idéias inatas assim mesmo, do particular para o geral, do concreto para o abstrato²⁰:

A idéia de substância não é tão obscura quanto se pensa. Podemos conhecer dela o que é necessário, e o que se conhece nas outras coisas; o próprio conhecimento dos concretos é sempre anterior ao conhecimento dos abstratos; conhecemos mais o quente do que o calor (NE, II.xii.§6, p.114).

é antes o *concretum*, como sábio, quente, luzente, que nos vem ao espírito, do que as abstrações ou qualidades (pois, são elas que estão no objeto substancial²¹ e não as idéias)²², como saber, calor, luz etc., que são muito mais difíceis de compreender (NE, II.xxiii.§1, pp.169-70).

4. Assim, quando os sentidos disponibilizam os casos particulares para que a alma humana reflita, ela adiciona a esses casos as idéias inatas de seu entendimento puro e pode se aperceber delas. Quer dizer, os sentidos **despertam** as idéias inatas em nós, dando à alma casos particulares para a aplicação dessas idéias e, conseqüentemente, a **ocasião** para que possamos apercebê-las quando adicionadas aos pensamentos atuais que temos desses objetos: “Reconheço que a experiência é necessária, a fim de que a alma seja determinada a estes ou àqueles pensamentos, e a fim de que preste atenção às idéias que estão em nós” (NE, II.i.§2, p.88).

Todavia, isso não implica que a alma sempre se aperceba de suas idéias inatas nelas mesmas, i.e., em separado (abstratamente), pois, como vimos, a princípio e na maioria dos casos, sempre as apercebemos *como se* estivessem **mescladas** à matéria, i.e., **incorporados** a ela. Ou, mais exatamente, na maioria das vezes sempre as

¹⁹ “Acredito que a reflexão é suficiente para descobrir a idéia de substância em nós mesmos, que somos substâncias. Esta noção é das mais importantes” (NE, I.iii.§18, p.82).

²⁰ Cf. também NE, I.i.§20, p.66.

²¹ O termo ‘objeto substancial’ empregado por Leibniz neste contexto se refere aos objetos materiais.

²² Isto comprova a afirmação que fizemos anteriormente: as idéias inatas não estão adicionadas aos elementos materiais. Elas estão adicionadas aos nossos pensamentos atuais relativos a esses elementos.

apercebemos apenas enquanto aplicadas (incorporadas) aos nossos pensamentos atuais relativos aos objetos sensíveis que afetam nosso corpo. É o que acontece, por exemplo, com o axioma inato de que *o todo é sempre maior do que sua parte*.

Aquele que conhece que dez é mais do que nove, que o corpo é maior do que o dedo, e que a casa é grande demais para poder sair pela porta conhece cada uma dessas proposições particulares por uma mesma razão geral que está como que **incorporada** e iluminada, assim como se vêem traços carregados de cores, onde a proporção e a figuração consistem propriamente nos traços, qualquer que seja a cor. Ora, esta razão comum é o próprio axioma que é conhecido, por assim dizer, implicitamente, **embora não o seja imediatamente de uma forma abstrata e separada**. Os exemplos tiram a sua verdade do axioma **incorporado**, e o axioma não tem o seu fundamento nos exemplos” (NE, IV.xii.§2, p.354).

5. Mas por que todo esse processo complexo para a apercepção das idéias inatas? De acordo com Leibniz, isso se deve ao princípio da harmonia preestabelecida entre alma e corpo, que não permite que a alma pense reflexivamente qualquer coisa sem que tenha sobre o que refletir. O mesmo acontecendo com os pensamentos mais altos, i.e., abstratos.

Quanto aos pensamentos abstratos, porém, devemos fazer uma ressalva: se a alma humana não fosse capaz de pensar de maneira puramente abstrata, os homens não poderiam ter desenvolvido as ciências demonstrativas, como no caso da matemática, por exemplo. Assim, essa restrição deve ser entendida de modo preliminar, ou seja: primariamente não podemos ter pensamentos abstratos sem que estes estejam apoiados em alguma entidade material particular. O que, também, não significa que a alma, quando pensa abstratamente (raciocina), pensa em nada, pois, quando pensa abstratamente, Leibniz afirma, ela pensa em **caracteres**. Os caracteres, que, a seu modo, são representações sensíveis dessas mesmas idéias (apesar de serem arbitrários)²³: “Estou convencido de que as almas e os espíritos criados nunca existem sem órgãos e sem sensações, como não poderiam raciocinar sem caracteres” (NE, II.xxi.§73, p.166).

deve-se dizer que toda aritmética e toda geometria são inatas, estando em nós de maneira virtual, de maneira que podemos encontrá-las em nós considerando

²³ Além disso, Leibniz parece considerar que as representações *características* das idéias inatas são casos particulares dessas mesmas idéias. Por isso, quando nos utilizamos dos caracteres, estamos, na verdade, disponibilizando casos para que as idéias possam ser aplicadas. É o que ele parece dizer na citação relativa à nota 15. E se confirma, quando repete o mesmo em outra ocasião: “já observei que é tão evidente afirmar, em particular, *ecteticamente*: A é A, quanto é evidente afirmar, em geral: *Somos aquilo que somos*” (NE, IV.vii.§2, p.321). Ou seja, a representação característica ‘A é A’ é um caso particular (*ectético*) do princípio dos idênticos: *uma coisa é aquilo que é*.

atentamente e ordenando o que já temos no espírito²⁴, sem utilizar qualquer verdade aprendida por experiência ou pela tradição dos outros, como demonstrou Platão em um diálogo²⁵, no qual introduz Sócrates conduzindo uma criança a verdades estranhas simplesmente através das perguntas, sem ensinar-lhe nada. Podemos, por conseguinte, construir essas ciências em nosso próprio gabinete e até com os olhos fechados, sem aprendermos pela vista ou pelo tato as verdades de que temos necessidade, embora permaneça verdade que jamais chegaríamos à consideração das idéias em questão, se não tivéssemos jamais visto e tocado em nada. Com efeito, em virtude de uma admirável economia da natureza, não podemos ter pensamentos abstratos que não necessitem de alguma coisa sensível, a não ser que se trate de caracteres como a figura das letras e os sons, embora não haja nenhuma conexão necessária entre tais caracteres arbitrários e tais pensamentos. E se os traços sensíveis não fossem necessários, não existiria harmonia preestabelecida entre alma e corpo, sobre a qual terei a ocasião de falar-vos mais detidamente (NE, I.i.§5, p.61).

Deste modo, por não podermos desenvolver quaisquer conhecimentos que não necessitem da ajuda dos sentidos (mesmo em se tratando apenas da figura dos caracteres, e dos sons), Leibniz afirmará que as duas fontes de nossos conhecimentos, os dois princípios de que a razão se utiliza, são a sensação e a reflexão: “Assim sendo, inclino-me a crer que, no fundo, a opinião do nosso autor [Locke] não difere da minha, ou melhor, da opinião geral, na medida em que esta reconhece duas fontes dos nossos conhecimentos, a saber, **os sentidos e a reflexão**” (NE, Pref., p.41).

a questão é, não se a existência de um fato ou a verdade de uma proposição pode ser deduzida **dos princípios que a razão se utiliza, isto é, da sensação e da reflexão, ou bem dos sentidos externos e internos**, mas se um espírito criado é capaz de conhecer como se opera esse fato, ou a razão *a priori* dessa verdade (NE, IV.xvii.§23, p.390-1).

6. Todavia, como já ressaltamos, quando as idéias e princípios inatos são **adicionados** aos nossos pensamentos particulares e atuais sobre o sensível, ocorre uma certa confusão entre o geral, relativo à idéia, e o particular sensível, relativo ao nosso pensamento atual. De maneira que nem sempre conseguimos nos aperceber das idéias inatas nelas mesmas, de maneira separada. O que leva Leibniz a distinguir entre uma apercepção abstrata e uma apercepção confusa das idéias inatas.

O filósofo indica essa diferença por via do axioma de que *o todo é maior do que sua parte*, já explorado acima. Segundo Leibniz: [1] quando a evidência do axioma é apercebida **nos exemplos** ocorre apenas uma *subsunção* dos casos por parte do geral

²⁴ A expressão ‘considerando atentamente e ordenando o que já temos no espírito’ significa formar um **plano**, i.e., *meditar*. Veremos isso mais adiante, no Cap.4 desta Primeira Parte.

²⁵ Cf. PLATÃO. **Menão**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Pará: Gráfica Editora Universitária, 1986, vol. II, 82b-85b.

concernente ao próprio axioma; [2] quando, porém, a evidência do axioma é apercebida nele mesmo, o exemplo é tomado como uma *consequência* do axioma, de modo que a operação se dá de modo plenamente abstrato e separado:

Euclides afirma que *o todo é maior do que a sua parte*, o que é isento de dúvidas. [1]Dizer que o corpo é maior que o tronco não difere do axioma de Euclides a não ser pelo fato de que este axioma se limita ao que é precisamente necessário; todavia, ao exemplificá-lo e revesti-lo de corpo, faz-se com que o inteligível se torne também sensível, pois dizer - um *tal* todo é maior que esta *tal* parte - é com efeito a proposição que um todo é maior do que a sua parte, mas cujos traços são carregados de alguma adição; é como quem diz AB diz A. Assim, não se deve opor aqui o axioma e o exemplo como diferentes verdades sobre este aspecto, mas considerar o axioma **incorporado** no exemplo e tornando o exemplo verdadeiro. [2]Outra coisa ocorre quando a evidência não se nota no próprio exemplo, e a afirmação do exemplo é uma consequência e não somente uma *subsunção* da proposição universal. (NE, IV.vii.§10, p.325)²⁶.

Em conformidade com isso, o que veremos em detalhes mais adiante, no Cap.4, é que existem graus na apercepção dessas idéias inatas por parte das almas humanas. Graus em que essas idéias são tomadas conjuntamente com aquilo em que estão aplicadas. E o grau mais elevado é designado pelo termo ‘meditação’, pelo qual a alma humana toma as idéias inatas separadamente, i.e., de maneira abstrata, sem confundi-las com os casos particulares em que estão aplicadas (incorporadas).

Por conta desta análise preliminar de como nos tornamos conscientes, e sobre o que é conscientemente percebido pelo espírito, discernimos os conceitos de apercepção animal e humana, vimos que a apercepção humana é sempre consciência, e que, ao se aperceber dos objetos materiais e sensíveis, o espírito automaticamente passa a se aperceber também das idéias inatas de seu entendimento puro.

Em relação ao que examinaremos a seguir, o mais importante de tudo é que sempre tenhamos em vista o motivo que leva o ser humano a se tornar consciente. Relembrando este último ponto: ele se torna consciente quando existe *sensação*. De maneira que ele só pode se aperceber dos objetos materiais e dos objetos inatos do entendimento se existir *sensação*.

²⁶ Os números em colchetes se referem ao texto anterior que introduz a passagem, e não são de Leibniz.